



O IMPACTO DAS CONDIÇÕES SOCIAIS NA FORMAÇÃO DOS ALUNOS DO COLÉGIO ESTADUAL DOUTOR PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA EM PORTO NACIONAL, TOCANTINS, BRASIL

THE IMPACT OF SOCIAL CONDITIONS ON THE TRAINING OF STUDENTS AT THE STATE SCHOOL DOUTOR PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA IN PORTO NACIONAL, TOCANTINS, BRASIL

Katiele Cavalcante Viana
katielecavalcante@hotmail.com

Taluany Silva do Nascimento
taluany15@hotmail.com

Kleiton Dias Meireles
kleiton_meireles@hotmail.com

Gladis Helena Homrich
gladis50hh@gmail.com

Carla Simone Seibert
carlaseibert@yahoo.com

Resumo

No Brasil, os estudos sobre os fatores que interferem no desempenho escolar se intensificaram quando o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) foi criado, em 1995, o que foi de grande relevância acadêmica e de interesse para as políticas públicas educacionais. Diante do exposto, o presente estudo teve como objetivo avaliar o perfil socioeconômico das famílias de alunos do Ensino Fundamental e Médio, identificando os fatores sociais que facilitam a reprovação e a evasão, com foco no histórico familiar dos alunos. O estudo foi realizado na Escola Estadual Doutor Pedro Ludovico Teixeira, do município de Porto Nacional - TO. O perfil socioeconômico das famílias foi avaliado com a aplicação de questionário semiestruturado, e as taxas de aprovação, reprovação e evasão foram obtidas através das notas dos alunos participantes da pesquisa, disponibilizadas pela secretaria da escola. Os resultados indicaram maior taxa de evasão no Ensino Médio e reprovação no Ensino Fundamental, o que pode estar relacionado à baixa renda *per capita* das famílias. Ainda, pais com educação restrita não conseguem orientar/acompanhar o processo de formação dos seus filhos. Desanimados pela falta de oportunidade/ajuda, dentro ou fora da família, a reprovação pode se tornar frequente e a opção mais fácil é a desistência.

Palavras-chave: Desempenho Escolar; *Background* Familiar; Abandono; Reprovação.

Abstract

In Brazil, studies on the factors that interfere with school performance intensified when the Basic Education Assessment System (SAEB) was created in 1995, which was of great academic relevance and of interest to educational public policies. Given the above, the present study aimed to evaluate the socioeconomic profile of the families of elementary and high school students, identifying the social factors that facilitate failure and dropout, focusing on the students' family history. The study was conducted at the Doctor Pedro Ludovico Teixeira State School, in Porto Nacional-TO, the families' socioeconomic profile was assessed by applying a semi-structured questionnaire and the pass, fail and dropout rates were obtained through the grades of the participating students, provided by the school office. The results indicate a higher dropout rate in high school and failure in elementary school, which may be related to the low per capita income of families. Still, parents with restricted education, cannot guide/follow the process of formation of their children. Discouraged by lack of opportunity/help, inside or outside the family, disapproval can become frequent and quitting is the easiest option.

Keywords: School performance; Family *background*; Abandonment; Reproof.

Introdução

A escola foi criada como instituição social e principal responsável pela educação formal, todos os seus princípios e fundamentos estão interligados com a família. Durante anos, construiu-se a ideia de que a escola possui o papel de educar formalmente crianças e adolescentes, em contrapartida, a família teria a responsabilidade da educação informal (SILVEIRA; WAGNER, 2009).

Pesquisas estão sendo desenvolvidas com o objetivo de investigar as possíveis relações entre o baixo rendimento escolar e os conflitos familiares. Segundo Buchmann (2002), os maiores estímulos para esse debate foram os resultados do Relatório Coleman, nos Estados Unidos, e de Plowden, na Grã-Bretanha. A autora, em revisão da literatura sobre rendimento escolar, relata que grande parte dessas pesquisas tratava da comparação entre o papel dos fatores familiares (fatores de demanda) e o efeito da escola (fatores de oferta) como determinantes do rendimento escolar.

Segundo Polonia e Dessen (2005), a escola e a família destacam-se como duas instituições fundamentais que proporcionam aos jovens crescimento físico, intelectual e social. No ambiente escolar, espera-se que haja envolvimento da criança em atividades formais que incluem leituras e pesquisas e também em atividades informais que tendem a acontecer em horários de lazer, como o recreio. Na escola, uma vez atendida as demandas psicológicas, sociais, culturais e, conseqüentemente, cognitivas, esse desenvolvimento acontecerá de forma mais estruturada e pedagógica que no ambiente doméstico familiar.

Os estudos sobre os fatores que interferem no desempenho escolar são desenvolvidos há mais de cinco décadas (PALERMO; SILVA; NOVELLINO, 2014). O Relatório Coleman é referência nesses estudos, avalia as causas dos diferentes níveis de desempenho entre as escolas norte-americanas (COLEMAN, 1966). No Brasil, os estudos sobre a situação da educação no país se intensificaram quando o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) foi estabelecido em 1995. O SAEB é um dos mais importantes métodos avaliativos do Ensino Fundamental e Médio, é coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). O objetivo é coletar dados sobre o desempenho escolar dos alunos e todos os fatores que interferem nesse processo (FERRÃO et al., 2001).

No Brasil, a reprovação e a evasão escolar possuem significativo espaço nos debates sobre a educação pública brasileira. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), a educação de crianças e jovens é de responsabilidade da família e do Estado (FORNARI, 2010). Dados do INEP indicam os percentuais de evasão e reprovação para os anos de 2007 até 2016. Os índices de reprovação estão diminuindo progressivamente no Ensino Fundamental. Em 2007, o índice nacional ficou em 12,1%, caindo para 8,3% em 2016. Esses dados crescem anualmente para o Ensino Médio, de 8,1% em 2007 para 11,6% em 2016. Por sua vez, os índices de evasão escolar demonstram queda progressiva no Ensino Fundamental e Médio, no Ensino Fundamental de 4,8% em 2007 para 1,9% em 2016, e, no Ensino Médio, de 13,2% em 2007 para 6,6% em 2016 (IBGE, on-line).

Historicamente, diversos estudos buscam avaliar a reprovação e a evasão escolar, além de tentar identificar os fatores que podem influenciar nesse desempenho. Sabe-se que é notória a importância desses estudos, já que a educação também possui papel social, contribui para a formação do sujeito, componente da sociedade (JÚNIOR; AMORIM, 2013). Dessa forma, é importante compreender os fatores que podem interferir no desempenho educacional dos alunos, temática de relevância acadêmica e de interesse para as políticas públicas educacionais (ALBERNAZ; FERREIRA; FRANCO, 2002).

Contudo, não é fácil avaliar esses fatores, já que alguns são difíceis de quantificar, como motivação ou nível de atenção. Então os estudos tendem a analisar fatores quantificáveis como a renda, o *background* familiar, que caracteriza a escolarização dos pais, a escola em que o aluno está inserido, a relação família-escola, entre outros. Esses fatores afetam diretamente o desempenho

escolar, tanto na Educação Básica quanto no Ensino Superior (GUIMARÃES; ARRAES, 2010; WING; HONORATO, 2011; JÚNIOR; AMORIM, 2013).

A renda apresenta vários aspectos favoráveis à formação do indivíduo, como conforto, alimentação adequada, acesso a tecnologias, entre outros. Wing e Honorato (2011) avaliaram fatores determinantes do sucesso no vestibular da Universidade Federal do Pernambuco (UFPE) e concluíram que os candidatos com maior renda familiar possuíam mais oportunidade para ingressar na universidade, renda essa que permitia que os alunos pagassem curso pré-vestibular para auxiliar no processo seletivo. Esses dados fortalecem o fato de que famílias com renda *per capita* mais favorável possuem maior potencial para investir na formação/educação de seus filhos.

Em relação ao *background*, Barros et al. (2001) avaliaram as causas do baixo rendimento escolar no Brasil. O foco do estudo foram alunos da zona urbana do Nordeste e Sudeste, na faixa etária entre 11 e 25 anos. Os resultados apontaram para a escolaridade da mãe como um fator que compromete significativamente o aproveitamento escolar do aluno. Os autores salientaram que a questão da escolaridade dos pais afeta diretamente os filhos, estes relacionaram a baixa escolaridade dos pais com as oportunidades de trabalho. Quanto menor a escolaridade, mais desfavorável tende a ser o emprego e, conseqüentemente, menor a renda.

Diante do exposto, para entender melhor os fatores que envolvem a reprovação e a evasão escolar, o presente trabalho trouxe como objetivo identificar fatores sociais facilitadores da reprovação e do abandono escolar, com enfoque no *background* familiar dos alunos do Ensino Fundamental e Médio de uma escola pública estadual.

Materiais e Métodos

Este trabalho trata de uma pesquisa de caráter qualitativo realizado no município de Porto Nacional, Estado do Tocantins, cerca de 60 quilômetros da capital Palmas, com alunos da rede básica de ensino do Colégio Estadual Doutor Pedro Ludovico Teixeira. A escola iniciou as atividades em 1979 e foi reconhecida em 1981 através da Lei de Criação nº 897/81, para o funcionamento de turmas de 1ª a 4ª séries com ensino multisseriado. A partir da Portaria 4.160, de 20 de dezembro de 2000, foi regularizado o Ensino Fundamental de 1ª a 8ª séries e, em 3 de outubro de 2002, o Ensino Médio foi reconhecido através da Portaria nº 5548. Em 2003, através da portaria nº 2078, foi implantado o Ensino Médio EJA.

A unidade escolar está localizada em bairro afastado da região central do município de Porto Nacional, possui um prédio principal, quatro anexos na mesma área e um pátio coberto. No prédio principal, funciona a parte administrativa da escola, como direção, secretaria, coordenações, sala dos professores e almoxarifado.

Para analisar o perfil socioeconômico, um questionário semiestruturado foi encaminhado para todos os responsáveis dos alunos do Colégio, para que o respondessem. Em 2016, o colégio atendeu 826 alunos do 4º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio. As perguntas possibilitaram realizar um panorama da situação econômica e de formação dos responsáveis das famílias, como o quantitativo dos componentes na família, o grau de parentesco dos seus responsáveis, o grau de escolaridade dos pais/responsáveis, a renda mensal das famílias, o tipo de emprego (se formal, informal, aposentado, etc.).

A idade e os índices de aprovação, reprovação e abandono dos alunos participantes desta pesquisa foram disponibilizados pela secretaria do Colégio. Para análise dos dados, as respostas dos responsáveis dos alunos foram transferidas para o programa Excel do pacote Microsoft Office e tabuladas.

Resultados e discussões

O Colégio Estadual Dr. Pedro Ludovico Teixeira, em 2016, esteve com 826 alunos matriculados, destes 88,9% foram aprovados (735 alunos), 6,3% reprovaram (52 alunos) e 3,8% abandonaram os estudos (32 alunos).

As séries com o maior número de reprovações foram o 6º ano com 19% (10 alunos), 7º ano com o mesmo percentual de 19% (10 alunos) e o 8º ano com 27% (14 alunos).

As disciplinas com maior índice de reprovação foram: matemática, ciências e português, computando percentual de 69% (36 alunos).

Vale ressaltar que esses alunos reprovaram em mais de uma disciplina, 31% (16 alunos) reprovaram em quatro disciplinas, 23% (12 alunos) reprovaram em cinco disciplinas, e 8% (4 alunos) reprovaram em todas as disciplinas que estavam matriculados.

O abandono escolar predominou na 1ª série do Ensino Médio (14 alunos), seguido do 9º ano do Ensino Fundamental (6 alunos) (dados disponibilizados pela secretaria da escola).

Participaram do presente estudo as famílias de 380 alunos (44% dos alunos matriculados), desse grupo 361 alunos (95%) concluíram o ano letivo, 11 (3%) reprovaram e 8 (2%) desistiram (Tab. 1).

Dificuldades de aprendizado, tendo como resultado reprovações no Ensino Fundamental, seguido de uma dinâmica mais ativa no Ensino Médio, podem contribuir para a desistência de muitos alunos.

Menezes-Filho (2007) descreve que os alunos que reprovam tendem a diminuir continuamente seu desempenho no ano seguinte, além de não recuperarem em termos de aprendizado, o que pode ainda levar ao abandono escolar. Já Arroyo (2008) diz que a cultura da reprovação está entre nós, que está impregnada na prática de ensino e que tem como objetivo a exclusão baseada no fracasso.

Simões et al. (2008) ressaltam que a falta de adaptação à nova série, à escola e até mesmo à convivência com os colegas pode ser determinante para a permanência ou não do aluno. Os autores relatam que a desistência tende a afetar também o bem-estar da comunidade, já que representa a perda de um eventual talento. Destacam ainda que a baixa escolaridade compromete o desenvolvimento econômico de uma sociedade.

A idade-série dos alunos que participaram deste estudo está apresentada na Tabela 1. É possível notar que em todas as séries a idade dos alunos variou bastante. No Brasil, é recomendado que a criança ingresse no 1º ano do Ensino Fundamental aos seis anos e que conclua essa fase com quatorze, encerrando o Ensino Médio com dezessete anos (MACHADO; GONZAGA, 2007). Em todas as séries, há casos de defasagem idade-série. De acordo com Ministério da Educação (BRASIL, 2013), a defasagem é considerada quando o aluno está no mínimo dois anos acima da idade recomendada para a série que frequenta, sendo que reprovações ou ingresso tardios são as principais causas dessa defasagem.

De acordo com Fritsch, Vitelli e Rocha (2016), a defasagem idade-série contribui com o abandono e a reprovação, já que o aluno se sente deslocado e também desmotivado para continuar a vida escolar, visto que os processos de ensino-aprendizado são homogêneos e não acompanham de perto os casos de defasagem.

Tabela 1: Número de alunos cujas famílias participaram da avaliação socioeconômica do Colégio Estadual Dr. Pedro Ludovico Teixeira, dados coletados em 2016.

Séries	Idade-série dos alunos	Alunos matriculados	Aprovados	Reprovados	Abandono	Famílias participantes
4º ano	8-12	15	13	0	0	13 (3%)
5º ano	9-12	28	23	1	0	24 (6%)
6º ano	10-14	127	66	1	0	67 (18%)
7º ano	11-17	137	55	1	1	57 (15%)
8º ano	10-17	130	55	5	1	61 (16%)
9º ano	13-17	125	40	1	0	41 (11%)
1ª série	14-20	116	49	2	6	57 (15%)
2ª série	15-19	80	30	0	0	30 (8%)
3ª série	15-18	68	30	0	0	30 (8%)
TOTAL	-	826	361 (95%)	11 (3%)	8 (2%)	380 (100%)

Fonte: Autores do artigo (2019).

A renda mensal das famílias que participaram deste estudo está apresentada na Tabela 2. Para 216 famílias (57%), a renda declarada foi de até um salário mínimo, 120 famílias (31%) receberam até dois salários, para 26 famílias (7%), a renda foi superior a três salários, e 18 famílias (5%) não responderam à questão. Observa-se, na Tabela 2, que mais de 50% das famílias declararam renda de até um salário mínimo, fator que pode comprometer o rendimento escolar.

Barros et al. (2001) relatam que estudantes advindos de famílias pobres tendem a ter uma escolaridade inferior e provavelmente serão os pobres de amanhã. Os autores salientam que, quanto mais recursos as famílias possuem, mais investem em educação. Dessa forma, famílias de baixa renda são prejudicadas academicamente por terem de trabalhar bastante e mesmo assim receberem pouco, por isso, ficam sem tempo e recursos para investir na vida escolar dos filhos.

Tabela 2: Renda mensal das famílias dos alunos que participaram da avaliação socioeconômica do Colégio Estadual Dr. Pedro Ludovico Teixeira, dados coletados em 2016.

Renda mensal	Aprovados	Reprovados	Abandono	Famílias participantes
Até um salário	204	7	5	216 (57%)
Até dois salários	114	3	3	120 (31%)
> três salários	25	1	0	26 (7%)
N.I	18	0	0	18 (5%)
Total	361 (95%)	11 (3%)	8 (2%)	380 (100%)

Fonte: Autores do artigo (2019).

Ao avaliar a quantidade de pessoas no núcleo familiar, observou-se maior quantitativo de famílias formadas por até oito pessoas. Desse montante, somente 19 famílias (5%) estavam constituídas por até duas pessoas por residência.

Entre os alunos aprovados, podem-se observar famílias com maior quantitativo de integrantes, pois 24 famílias (6,6%) declararam possuir até 10 pessoas por residência e nove famílias acima de 11 pessoas (2,2%). Já entre os alunos reprovados, o maior número de integrantes por núcleo familiar foi relatado para 2 famílias (18%), com até 8 integrantes, e, entre os alunos que abandonaram os estudos, foi relatado o máximo de 6 integrantes por família (Tabela 3).

Um maior número de pessoas por residência faz com que os recursos econômicos sejam diluídos, reduzindo a renda *per capita*. A renda *per capita* demonstra a vulnerabilidade socioeconômica das famílias, e isso afeta o desempenho dos alunos na escola, pois pais com baixos salários não terão oportunidade de investir na vida acadêmica dos filhos (ARROYO, 2008).

Famílias com maior renda *per capita*, por sua vez, podem pagar aulas particulares, caso os filhos tenham dificuldades em certas áreas de formação, ou até mesmo migrar seus filhos para escolas que ofereçam acompanhamento mais adequado para as necessidades da sua formação (CÉSAR; SOARES, 2001).

Tabela 3: Número pessoas por residência das famílias dos alunos que participaram da avaliação socioeconômica do Colégio Estadual Dr. Pedro Ludovico Teixeira, em 2016.

Nº de pessoas por residências	Aprovados	Reprovados	Abandono	Famílias participantes
Até 2	15	0	3	18 (5%)
Até 4	106	3	4	113 (30%)
Até 6	132	6	1	139 (36%)
Até 8	74	2	0	76 (20,8%)
Até 10	24	0	0	24 (6%)
>11	9	0	0	9 (2%)
N.I	1	0	0	1 (0,2%)
Total	361 (95%)	11 (3%)	8 (2%)	380 (100%)

Fonte: Autores do artigo (2019).

A grande quantidade de pessoas dentro da residência, além de impactar nos recursos financeiros, também diminui a disponibilidade de tempo dos pais para auxiliar os filhos nas atividades acadêmicas. Riani e Rios-Neto (2004) ressaltam que, quanto maior a quantidade de irmãos dentro de casa, principalmente se estiverem todos na escola, mais reduzido será o tempo disponibilizado pelos pais para o aprendizado.

Simões et al. (2008) destacam outro fator importante, que é a figura dos pais dentro de casa. Os autores compararam o índice de abandono e permanência com relação à presença dos pais dentro de casa e evidenciaram que os alunos que abandonaram a escola geralmente não convivem na mesma residência com o pai e a mãe. Então, famílias tradicionais tenderiam a ser um fator protetor ao abandono, enquanto que as famílias monoparentais seriam um fator de risco.

Ao analisar quem responde pelo sustento da casa, 121 das famílias (31%) relataram ser o pai, 106 (28%), a mãe, 122 (32%) informaram que ambos sustentam a casa, 23 (6%) declararam que outras pessoas são mantenedoras das despesas da casa, que incluem avós, cônjuges, tios, parentes próximos e até mesmo os próprios alunos; 8 (2%) não responderam a essa questão (Tabela 4).

Para os alunos que abandonaram a escola, foi possível observar que duas dessas famílias relataram outra pessoa, que não o pai e a mãe, como responsável pela manutenção da renda mensal, incluindo nesse grupo o próprio aluno.

O aluno participar do sustento familiar é preocupante, já que o trabalho pode afetar o desempenho escolar e até mesmo levar ao abandono, como resalta Caetano (2005). A autora observou que a principal causa de abandono escolar foi a dificuldade de conciliar emprego e escola, e o aluno via de regra opta pelo trabalho devido aos fatores econômicos da família.

Tabela 4: Pessoas que se responsabilizam pelo sustento das residências, nas famílias dos alunos que participaram da avaliação socioeconômica do Colégio Estadual Dr. Pedro Ludovico Teixeira, dados coletados em 2016. N.I: Não informado.

Responsável pelo sustento da casa	Aprovados	Reprovados	Abandono	Famílias participantes
Pai	112	5	3	121 (32%)
Mãe	101	3	2	106 (28%)
Pai e mãe	118	3	1	122 (32%)
Outros	21	0	2	23 (6%)
N.I	9	0	0	9 (2%)
Total	361 (95%)	11 (3%)	8 (2%)	380 (100%)

Fonte: Autores do artigo (2019).

Simões et al. (2008) destacam que o fato do aluno optar pelo trabalho é preocupante, já que vivemos em uma sociedade tecnológica, o jovem que abandona a escola para trabalhar logo terá insucesso, pois cada vez mais o mercado cobra maior nível educacional, e, conseqüentemente, aqueles com menor preparo podem ser excluídos do mercado de trabalho, ou ficarem restritos a subempregos.

Ao analisar a escolaridade dos responsáveis pelos alunos participantes da pesquisa, 90 pais (23%) e 90 mães (23%) declararam possuir Ensino Fundamental Incompleto (EFI); 109 pais (28%) e 77 mães (20%), o Ensino Fundamental Completo (EFC); 104 pais (27%) e 154 mães (40%), o Ensino Médio Completo (EMC); cerca de 12 pais (3,1%) e 40 mães (10%) possuem Graduação (G); e 1 mãe relatou (0,2%) ter Pós-Graduação (PG) (Tabela 5).

Tabela 5: Escolaridade dos pais e mães, dos alunos que participaram da avaliação socioeconômica do Colégio Estadual Dr. Pedro Ludovico Teixeira. Dados coletados em 2016, agrupados por alunos aprovados, reprovados e abandono.

Escolaridade	Pai			Mãe			Total	
	Aprov.	Reprov.	Aband.	Aprov.	Reprov.	Aband.	Pai	Mãe
EFI	103	3	3	72	3	2	90 (23%)	90 (23%)
EFC	85	3	2	84	4	2	109 (28%)	77 (20%)
EMC	100	3	1	148	3	3	104 (27%)	154 (40%)
G	11	0	1	39	1	0	12 (3,1%)	40 (10%)
PG	0	0	0	1	0	0	0	1 (0,2%)
N.I	62	2	1	17	0	1	65 (17%)	18 (4,8%)
TOTAL	361 (95%)	11 (3%)	8 (2%)	361 (95%)	11 (3%)	8 (2%)	380 (100%)	380 (100%)

Fonte: Autores do artigos (2019).

A escolaridade da mãe afeta diretamente o desempenho escolar do filho. Menezes-Filho (2007) ressalta que uma mãe com Ensino Superior tende a favorecer significativamente esse desempenho. Além disso, a participação dos pais na escola também é outro fator importante, de acordo com Chechia e Andrade (2005).

A inserção dos pais na vida acadêmica de seus filhos é de profunda relevância, uma vez que a família e a escola devem trabalhar juntos para que o aluno tenha bons resultados.

Os autores citam que as mães se inserem mais na escola para ajudar seus filhos quando têm conhecimento do conteúdo escolar.

Para os alunos que reprovaram, a escolaridade das mães que predominou foi a EFC (Tabela 5). Essa é uma escolaridade baixa que pode afetar a escolaridade dos filhos, pois essas mães terão dificuldade para ajudar seus filhos com as tarefas passadas para casa.

Chechia e Andrade (2005) destacam que as mães querem auxiliar os filhos com as tarefas, porém não conseguem compreender a atividade.

Além do mais, Riani e Rios-Neto (2004) relatam que pais com baixa renda e com baixa escolaridade tendem a transferir a baixa escolaridade para os seus filhos.

Ao avaliar a condição de trabalho dos responsáveis pela família, 119 pais (32%) e 110 mães (29%) declararam possuir trabalho informal; 113 pais (30%) e 103 mães (27,8%), trabalho formal; oito pais (2%) e duas mães (0,5%) encontravam-se desempregados; cinco pais (1%) e uma mãe (0,2%) estavam aposentados; cinco pais (1%) e seis mães (2%) se declaram autônomos (Tabela 6). Os dados demonstram que a maioria dos pais estão em atividade laboral sem registro de trabalho (informal).

Tabela 6: Atividade laboral dos pais e mãe dos alunos que participaram da avaliação socioeconômica do Colégio Estadual Dr. Pedro Ludovico Teixeira. Dados coletados em 2016, agrupados por alunos aprovados, reprovados e abandono.

Condição de trabalho	Pai			Mãe			Total	
	Aprov.	Reprov.	Aband.	Aprov.	Reprov.	Aband.	Pai	Mãe
Informal	113	2	4	107	1	2	119 (32%)	110 (29%)
Formal	105	5	2	98	4	1	113 (30%)	103 (27,8%)
Desempregado	7	1	0	2	0	0	8 (2%)	2 (0,5%)
Aposentado	5	0	0	1	0	0	5 (1%)	1 (0,2%)
Autônomo	5	0	0	6	0	0	5 (1%)	6 (2%)
Do lar	0	0	0	45	3	1	0	49 (11,5%)
Falecido	3	0	0	0	0	0	3 (0,5%)	0
Não trabalha	2	0	0	10	0	1	2 (0,5%)	11 (3%)
Não informado	121	3	2	92	3	3	125 (33%)	98 (26%)
TOTAL	361 (95%)	11 (3%)	8 (2%)	361 (95%)	11 (3%)	8 (2%)	380 (100%)	380 (100%)

Fonte: Autores do artigo (2019).

Riani e Rios-Neto (2004) relatam que pais com empregos mais desfavorecidos tendem a ser menos escolarizados e de maior vulnerabilidade, isso faz com que destinem poucos recursos à educação dos filhos, o que pode se tornar um ciclo vicioso, reforçando o fato de que pais de baixa escolaridade e baixo rendimento criem filhos com as mesmas condições.

Os autores, ao investigar o impacto da ocupação do pai na frequência escolar e na idade correta dos filhos nas séries escolares, observaram que aqueles com maior *status* socioeconômico têm filhos com melhor frequência na escola e, conseqüentemente, melhor desempenho.

Os índices de reprovação e abandono escolar observados neste trabalho se assemelham com os dados do INEP (2019), são percentuais que evidenciam o quanto o abandono e a reprovação ainda são presentes nas escolas brasileiras.

Portanto, nossos resultados evidenciaram o impacto das condições socioeconômicas no sucesso escolar dos alunos, pois a condição econômica das famílias, a formação dos pais, as condições de trabalho afetam a formação acadêmica dos filhos.

A renda familiar afeta os estudos a partir do momento em que famílias com menor renda não conseguem investir economicamente na vida escolar dos filhos, além de sujeitá-lo ao mercado de trabalho precocemente, antes do mesmo finalizar o Ensino Médio.

A escolaridade/formação dos pais também representa um fator que impacta no desempenho escolar dos seus filhos, pais com formação restrita não conseguem orientar/acompanhar os filhos para ajudá-los a superar suas limitações nos estudos.

Desestimulados pela falta de oportunidade/ajuda, dentro ou fora da família, a reprovação no Ensino Fundamental pode se tornar frequente, e a desistência no final do Ensino Fundamental, início do Ensino Médio pode ser a opção mais fácil.

Considerações

Os resultados obtidos neste estudo demonstraram maior índice de reprovação para os alunos do Ensino Fundamental e maior índice de abandono para os alunos do Ensino Médio. Esses resultados são diretamente impactados pelas condições socioeconômicas das famílias.

Cabe salientar que não só o *background* e a renda familiar interferem na vida escolar dos alunos, mas todo o contexto em que eles estão inseridos, como a comunidade e a escola que frequentam. Esses fatores também devem ser estudados e seus impactos analisados.

Portanto, os resultados aqui apresentados poderão nortear ações com viés social, para tentar reduzir o impacto da reprovação/evasão das escolas para a vida de crianças e adolescentes, pois são esses indivíduos que serão os cidadãos ativos formadores da sociedade do amanhã.

Referências bibliográficas

ALBERNAZ, Â.; FERREIRA, F.; FRANCO, C. Qualidade e equidade na educação fundamental brasileira. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, 2002.

ARROYO, M. G. Fracasso-sucesso: o peso da cultura escolar e do ordenamento da educação básica. **Em aberto**, v. 11, n. 53, 2008.

BARROS, R. P. et al. **Determinantes do desempenho educacional no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação brasileira: indicadores e desafios: documentos de consulta**. Organizado pelo Fórum Nacional de Educação. Brasília: MEC, 2013.

BUCHMANN, C. Measuring family background in international studies of education: Conceptual issues and methodological challenges. **Methodological advances in cross-national surveys of educational achievement**, p. 150-197, 2002.

CAETANO, L. Abandono escolar: repercussões socioeconômicas na região Centro. Algumas reflexões. **Finisterra**, v. 40, n. 79, 2005.

CÉSAR, C. C.; SOARES, J. F. Desigualdades acadêmicas induzidas pelo contexto escolar. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 18, n. 1/2, p. 97-110, 2001.

CHECHIA, V. A.; ANDRADE, A. dos S. O desempenho escolar dos filhos na percepção de pais de alunos com sucesso e insucesso escolar. **Estudos de Psicologia**, v. 10, n. 3, p. 431-440, 2005.

COLEMAN, J. **Equality of educational opportunity**. Washington: Office of Education and Welfare, 1966.

FERRÃO, M. E. et al. O SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica: objetivos, características e contribuições na investigação da escola eficaz. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 18, n. 1/2, p. 111-130, 2001.

FORNARI, L. T. Reflexões acerca da reprovação e evasão escolar e os determinantes do capital. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 17, n. 1, 2010.

FRITSCH, R.; VITELLI, R.; ROCHA, C. S. Defasagem idade-série em escolas estaduais de Ensino Médio do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 95, n. 239, 2016.

GUIMARÃES, D. B.; ARRAES, R. A. Status socioeconômico, *background* familiar, formação educacional e as chances de sucesso dos candidatos ao vestibular da UFC. **Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 8, n. 2, p. 81-94, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Escolar**. Disponível em: <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=2&no=9>. Acesso em: 2 nov. 2019.

JÚNIOR, L. H.; AMORIM, J. G. de. Fatores socioeconômicos que influenciam o desempenho educacional: uma análise dos alunos concluintes da autarquia educacional de Belo Jardim no agreste Pernambucano. **Revista Economia e Desenvolvimento**, v. 13, n. 1, 2013.

MACHADO, D. C.; GONZAGA, G. O impacto dos fatores familiares sobre a defasagem idade-série de crianças no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, v. 61, n. 4, p. 449-476, 2007.

MENEZES-FILHO, N. A. **Os determinantes do desempenho escolar do Brasil**. São Paulo: Instituto Futuro Brasil/IBMEC, 2007.

PALERMO, G. A.; SILVA, D. B. do N.; NOVELLINO, M. S. F. Fatores associados ao desempenho escolar: uma análise da proficiência em matemática dos alunos do 5º ano do Ensino Fundamental da rede municipal do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 31, n. 2, p. 367-394, 2014.

POLONIA, A. da C.; DESSEN, M. A. Em busca de uma compreensão das relações entre família escola. **Psicologia escolar e educacional**, v. 9, n. 2, p. 303-312, 2005.

RIANI, J. de L. R.; RIOS-NETO, E. L. G. Impacto dos fatores familiares, escolares e comunitários na quantidade e qualidade do ensino no estado de Minas Gerais. **Seminário sobre economia mineira**, v. 11, 2004.

SILVEIRA, L. M. de O. B.; WAGNER, A. Relação família-escola: práticas educativas utilizadas por pais e professores. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 13, n. 2, p. 283-291, 2009.

SIMÕES, M. C. T. et al. Abandono escolar precoce: dados de uma investigação empírica. **Revista Portuguesa de Pedagogia**, p. 135-151, 2008.

WING, N. G. H.; HONORATO, L. H. Determinantes socioeconômicos na probabilidade de aprovação no exame vestibular: uma análise entre os campi da Universidade Federal de Pernambuco. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 37, 2011.